



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
1 / 9

Revisão:

1 – Identificação			
<b>Evento</b>	Segunda Audiência Pública referente ao processo de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim		
<b>Data</b>	18/12/2019		
<b>Horário Início</b>	19h10	<b>Horário Término</b>	21h16
<b>Local</b>	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores		

2 – Pauta
Audiência pública de conclusão da segunda etapa dos trabalhos de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

3 – Discussão
<p>Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2019, às 19h10, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, após aguardar 10 (dez) minutos do horário regulamentar, deu-se início à Segunda Audiência Pública referente ao processo de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Jonei Petri, iniciou as atividades, cumprimentando o representante do Ministério Público, Dr. Wagner Vasconcellos; o Vereador Antônio Geraldo; o Presidente da Dataci, Sr. Carlos Salgado e os demais presentes, convidando o representante do Ministério Público e da Câmara Municipal a compor a mesa das autoridades. Na sequência, o Secretário Jonei Petri agradeceu aos vereadores, na pessoa do Vereador Antônio Geraldo, pela cessão do espaço necessário à realização da audiência pública, informando que o objetivo da audiência pública é analisar o diagnóstico produzido, resultante da análise das informações fornecidas pela população durante as 18 (dezoito) reuniões comunitárias – 09 (nove) na sede e 09 (nove) no interior – e 02 (duas) setoriais, uma com o setor produtivo e outra com os agentes sociais, ou de forma virtual através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado na página do Espaço Plano Diretor, nas contribuições fornecidas pela Comissão Técnica de Revisão e Atualização do PDM e também pelo CPDM e pelos representantes das diversas Secretarias de Governo, além de relatórios fornecidos pelo Município. Enalteceu que esta segunda audiência pública encerra a segunda etapa dos trabalhos de revisão do PDM, Fase de Diagnóstico, ressaltando à importância da participação da sociedade durante as próximas etapas, que serão destinadas a apresentar as proposições que integrarão o novo Plano Diretor Municipal, passando a palavra ao representante do Ministério Público, Dr. Wagner Vasconcellos. O Promotor de Justiça iniciou a sua participação cumprimentando o Secretário Jonei Petri, o Vereador Antônio Geraldo, os representantes da Polícia Militar, os servidores municipais, os empreendedores, os corretores de imóveis, os representantes da empresa Latus e demais presentes, destacando que esta não é a primeira audiência pública, enfatizando que o processo de revisão do plano diretor municipal promoveu uma série de reuniões voltadas a participação popular, ressaltando que espera que esse período em que todos estiveram envolvidos a análise dos temas debatidos durante as reuniões tenha sido proveitoso no sentido de que todos possam ter efetuado uma avaliação sobre o que se deseja para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Ressaltou que a cidade necessita e reclama planejamento e que este é um tema recorrente de muitas reuniões nas quais tem a oportunidade de participar. Enalteceu que toda a sociedade hoje sofre, como vem sofrendo ao longo do tempo, as consequências dessa falta de planejamento no passado, enfatizando que o instrumento legal que a lei nos orienta que seja elaborado para que o planejamento possa ser efetivado é justamente o plano diretor municipal. Destacou que o plano diretor necessita ser, na sua essência, plural, democrático e participativo. Ressaltou que um plano diretor que não pode atender exclusivamente aos interesses da</p>



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
2 / 9

Revisão:

Administração Pública, nem tampouco atender aos interesses do setor privado ou de qualquer grupo específico. Enalteceu que o Plano diretor é, por definição, o instrumento democrático de produção do espaço urbano. Enfatizou que a sociedade ao auto estabelecer um plano diretor, na verdade, está genuinamente produzindo um espaço nessa cidade. Destacou que pensar na produção do espaço é pensar no diálogo necessário, na pluralidade necessária para que todos os segmentos possam minimamente serem ouvidos e, mais do que ouvidos, considerados e, mais do que considerados, executados e respeitados pelo Município. Ressaltou que de nada adiantaria todo um esforço da Administração Pública Municipal, dos servidores envolvidos, do próprio setor privado e das organizações não governamentais, se o plano diretor vier a ser um mero referencial fático, que não se relaciona diretamente com a vida das pessoas. Prosseguiu, destacando que inúmeros problemas poderão ser elencados pelos representantes de cada um dos segmentos presentes, os quais serão explorados conforme as visões e necessidades relativas a cada setor, salientando que ao se indagar ao Vereador Antônio Geraldo quais os problemas que o seu olhar de vereador enxerga a partir do exercício do seu mandato ou aos corretores de imóveis ou aos representantes do setor empresarial presentes ou aos moradores dos bairros periféricos da cidade, seguramente, cada setor terá uma compreensão da cidade a partir do sua própria perspectiva. Destacou que coordenar e executar aquilo o que o plano diretor estabelece é a grande missão e o grande desafio das Administração Pública. Prosseguiu, enfatizando que, seguramente os profissionais que atuam no Município ou que atuam na empresa de consultoria possuem a sua competência técnica, o seu conhecimento técnico no sentido projetar a cidade que todos desejam, ressaltando que a execução dessa cidade vai caber, primeiramente, ao Executivo, coordenado, orientado e fiscalizado pela comunidade que reclama e precisa de planejamento para que o setor privado se envolva, para que os moradores, sejam dos bairros periféricos ou dos bairro mais abastados da cidade consigam viver e, mais do que viver, conviver nessa nossa cidade. Enfatizou a necessidade de que nesse momento de diagnóstico já se consiga eliminar a forma e o modo com os quais será possível conviver na cidade em que muitos discursam sobre as belezas cênicas e culturais, mas que, na hora de se decidir quais opções são necessárias a fazer com que isso de fato aconteça, infelizmente, isso não vem a acontecer. Enfatizou à necessidade de se reverter a indevida captura do espaço público pelo setor privado, destacando que a cidade não é de ninguém e é de todos, sendo necessário que todos, na sua pluralidade, possam construir essa cidade e cada um, de acordo com as suas necessidades, com os limites da lei e com os limites do plano diretor e viabilizar um espaço de convivência, viabilizar um espaço coletivo que seja efetivamente plural e não representativo de um determinado grupo. Na sequência, o Secretário Jonei Petri agradeceu as considerações do Promotor de Justiça Dr. Wagner Vasconcellos, passando a palavra ao Vereador Antônio Geraldo, que iniciou a sua participação cumprimentando a todos os presentes, manifestando o entendimento de que desejaria que houvesse uma maior participação da sociedade. Destacou que sempre são as mesmas pessoas que participam desse tipo de reunião, independente do horário em que esse tipo de evento ocorre, o que sinaliza a necessidade de que se possa realizar um trabalho voltado a proporcionar uma maior conscientização acerca da importância do envolvimento social nos processos de decisão do Poder Público. Enalteceu que o povo reclama, salientando que deve mesmo reclamar, mas que participa muito pouco, seja nas igrejas, nos movimentos organizados ou nos diversos conselhos. Destacou que tanto ele quanto a sua assessoria vêm participando e acompanhando os trabalhos de revisão do plano diretor. Ressaltou que desejaria que os demais parlamentares também pudessem estar participando da audiência pública e que a população pudesse exigir que os seus representantes atuassem com maior vigor quando do tratamento de temas tão importantes como é a revisão do PDM. Ressaltou a necessidade de que outros setores da Administração Municipal deem mais espaço a atuação dos representantes da Câmara Municipal, seguindo o exemplo do Secretário Jonei Petri na condução dos trabalhos de revisão do plano diretor, enfatizando que muitos projetos vêm sendo encaminhados de última hora em regime de urgência para serem votados pelo Legislativo. Desejou que os trabalhos de atualização e revisão do PDM possam



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
3 / 9

Revisão:

resultar num bom plano. Enalteceu que a cidade de Cachoeiro de Itapemirim ainda tem uma característica interiorana, muitos problemas e dificuldades, muitas delas causadas pelo atual PDM, que dá ensejo a muitas dúvidas, colocando-se à disposição para o que for necessário. Informou que a Câmara está entrando em recesso e que na quinta-feira, 19/12/19, será votado o orçamento do Município para o ano de 2020, enaltecendo que almeja que a Câmara Municipal possa atuar com maior altivez e independência no próximo ano, pedindo a Deus que abençoe a todos a fim de que o novo PDM contemple as necessidades e expectativas da cidade. O Secretário Jonei agradeceu as considerações do Vereador Antônio Geraldo, desfez a mesa das autoridades e passou a palavra aos representantes da Latus Consultoria. O Sr. Tiago Silveira, iniciou a sua participação cumprimentando os presentes, ressaltando que a Latus Consultoria foi a empresa vencedora do certame licitatório realizado pelo Município com o objetivo de contratar uma empresa de consultoria especializada na realização de projetos de revisão de planos diretores. Prosseguiu, corroborando as palavras de todos os que o antecederam, destacando que o objetivo da audiência pública é o de apresentar um diagnóstico que, na verdade é uma síntese de todos os trabalhos executados ao longo de todo este ano, informando que após as explanações fornecidas durante a exibição da apresentação será oportunizado um espaço para que os presentes possam debater os temas demonstrados. Com relação ao processo de elaboração, enalteceu que o processo de revisão encontra-se embasado na Lei Federal nº 10.527/2001 (Estatuto da Cidade), que estabeleceu um novo papel para os planos diretores, definindo um conteúdo mínimo e também estabelecendo instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários a serem adotados pelos municípios, ressaltando que o PDM é o instrumento definido por lei que possibilitará que seja construída uma cidade melhor para os próximos anos. Prosseguiu, informando que a revisão do plano diretor tem o objetivo de se repensar a política de planejamento municipal com vistas a adequá-la à evolução e as transformações da realidade da cidade. Enalteceu que o processo de revisão encontra-se ancorado em dois eixos: o primeiro, relacionado aos aspectos técnicos e legais, ao levantamento das informações acerca dos problemas, potencialidades e expectativas, visando a construção de uma cidade sustentável considerando-se os seus diferentes aspectos, como: moradia, infraestrutura, trabalho e lazer e, o segundo, a implantação e sedimentação da participação democrática na gestão do novo plano diretor, enfatizando que a participação da sociedade não se encerra no processo de construção com a entrega da lei no próximo ano, uma vez que o PDM é muito mais do que uma lei, mas um pacto social e que, por isso, precisa ser gerido conjuntamente pelo Poder Público e a sociedade. Explanou que o processo de revisão prevê a realização de 04 (quatro) fases, destacando que a presente audiência pública é a ação que encerra a segunda fase – Fase de Diagnóstico. Prosseguiu, informando que foram realizadas, aproximadamente, 25 (vinte e cinco) reuniões nas diferentes secretarias, com a participação de mais de 90 (noventa) técnicos municipais, promovidos debates com, aproximadamente, 200 (duzentos) estudantes, realizada uma audiência pública – sendo a presente, a segunda audiência pública – e uma reunião de nivelamento voltada à capacitação da equipe técnica municipal, 16 (dezesesseis) reuniões comunitárias com, aproximadamente, mais de 200 (duzentos) participantes na sede e no interior do município, com destaque à participação dos moradores dos distritos para qual considerou fundamental a participação do Sr. Wesley Mendes, Sindicato Rural, na mobilização das comunidades do interior, além de 120 (cento e vinte) participações online efetuadas através do site Espaço Plano Diretor disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Em continuidade, exibiu um mapa com o resumo das principais contribuições apresentadas pela população dos distritos acerca de diversos temas relacionados ao PDM, enaltecendo aspectos positivos e negativos, ressaltando que a mobilidade urbana foi o tema que mais concentrou os debates, com destaque negativo para o serviço de transporte público, especialmente em relação a oferta de horários e ao atendimento às necessidades das localidades, enfatizando que a crise hídrica também foi outro assunto recorrente que precisará ser contemplado pelo plano diretor. Como aspectos positivos, citou as riquezas naturais que sinalizam o potencial turístico a ser potencializado pelo plano diretor como importante vetor para a economia da



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
4 / 9

Revisão:

cidade. Prosseguiu, exibindo um mapa da sede do município também contemplando o resumo das principais contribuições apresentadas pela população nas diferentes regiões, enfatizando que, assim como ocorreu com os distritos, a mobilidade urbana também se apresentou como um dos principais temas das discussões, também com destaque negativo para o serviço de transporte público, principalmente em razão da precariedade das condições dos pontos de ônibus, enfatizando que a Administração Municipal já está realizando um processo licitatório para implantação de novos abrigos justamente para tratamento da situação. Também como aspecto negativo, a falta de espaços públicos para o lazer e as condições das calçadas municipais foi outro tema recorrente. Continuou, apresentando um resumo dos principais temas abordados durante as reuniões setoriais, informando que a possibilidade de utilização das áreas de preservação situadas na orla do Rio Itapemirim foi um dos principais temas debatidos, citando ainda a necessidade de revisão das regras estabelecidas para EIV, a problemática que atinge a localidade de São Joaquim, que originalmente foi pensado como distrito industrial, mas que vem recebendo algumas interferências voltada a implantação de loteamentos residenciais, enfatizando o conflito estabelecido na cidade entre desenvolvimento e preservação do patrimônio natural, salientando a necessidade de que a sociedade possa tecer uma análise mais acurada uma vez que constituem temas complementares e, não, excludentes. Prosseguiu, informando que a reunião com os agentes setoriais elencou como temas principais o tratamento das calçadas e a retirada de barreiras físicas nos passeios, com vistas a disponibilização de uma cidade mais inclusiva. Com relação à reunião com o CPDM, destacou como principais temas o fato de que a análise de EIVs tem polarizado os trabalhos do conselho, inviabilizando a sua atuação quanto as outras temáticas afetas ao plano diretor, enaltecendo que a possibilidade de utilização das áreas de preservação ao longo do Rio Itapemirim e questões afetas à mobilidade urbana também foram temas apresentados. No que tange as contribuições online, destacou que 56% dos participantes consideraram que o serviço de transporte público é ruim ou péssimo, 53% considerou o serviço de saúde ruim ou péssimo, 77% considerou o serviço de coleta de lixo ótimo ou bom, 77% considerou os espaços para lazer ruim ou péssimo, 66% dos participantes consideraram o serviço de esgotamento sanitário ótimo ou bom, 76% consideraram a educação como ótimo ou bom, 50% consideraram a drenagem ruim ou péssima, 54% consideraram a comunicação ótimo ou bom, 79% consideraram o serviço de abastecimento de água ótimo ou bom e 53% consideraram o serviço de energia elétrica e de iluminação como ótimo ou bom. Prosseguiu apresentando uma nuvem das palavras que mais foram citadas pelos internautas nas suas contribuições relativas ao campo (Quais questões são mais importantes para serem tratadas no âmbito da revisão do Plano Diretor?) constante do formulário eletrônico, ressaltando que a palavra mobilidade, vias e transporte aparecem com bastante destaque, enaltecendo que o Município já está finalizando a proposta do plano de mobilidade, que deverá tratar essa temática. Em relação à economia e inserção municipal, enfatizou que Cachoeiro de Itapemirim é o município cuja população apresenta um crescimento inferior à média do Estado. Ressaltou que o município possui protagonismo na região sul do Espírito Santo, chegando a atingir municípios mineiros e do norte fluminense. Ressaltou que o município é bem servido de infraestrutura viária, estando conectado a várias cidades através de rodovias estaduais e federais. Continuou, explanando que a cafeicultura era a principal atividade econômica da cidade, destacando que, com o passar do tempo, esse protagonismo passou a ser exercido pelo comércio e serviços, pelo setor de rochas ornamentais, pelo setor calçadista e de confecções. Enalteceu que o PIB per capita do Município apresentou uma variação negativa, mas muito pequena, principalmente quando comparada com a de outras cidades. Salientou que as indústrias encontram-se instaladas de forma pulverizada no território, enaltecendo que buscou destacar quais tipos de produtos são fabricados em Cachoeiro de Itapemirim que o diferencia de outras regiões do Espírito Santo, explanando que os bens produzidos somente aqui são considerados como de exportação para as demais regiões. Nesse sentido, salientou que, mesmo não sendo o protagonista do campo econômico, o polo calçadista assume destaque face a precariedade desse tipo de indústria no cenário capixaba. Ressaltou



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
5 / 9

Revisão:

que o setor de rochas ornamentais projeta a cidade nos cenários nacional e internacional. Em relação as características do território e a sua ocupação, a Sra. Jacqueline Menegassi, Latus Consultoria, destacou que os distritos de Itaóca, Gironda e Vargem Grande de Soturno têm na mineração o sua principal atividade econômica. Destacou que os distritos de Coutinho, Itaóca, Conduru, Gironda e Córrego do Monos têm uma população com um perfil mais urbano, enquanto os demais possuem uma população com características mais rurais. Enfatizou a riqueza natural do território, com destaque à existência de corredores ecológicos, áreas de conservação, áreas tombadas, remanescentes de Mata Atlântica, uma importante rede hídrica com a presença de muitos córregos, APPs, ressaltando que a preservação de aspectos naturais não precisa ser considerada como um entrave ao desenvolvimento econômico da cidade. No que tange a estruturação viária, discorreu que a sede e os distritos possuem boa interligação, enfatizando que todos os distritos são servidos pelo transporte coletivo, embora com registro de oferta insuficiente às necessidades relacionada a disponibilidade de horários e de itinerário às localidades, além de problemas relacionadas a qualidade da infraestrutura viária, como a falta de pavimentação. Com relação ao saneamento, enalteceu que o Município possui uma situação favorável relacionada à extensão da rede de coleta quando comparado a outras cidades, mas que, mesmo assim, há registro de lançamentos de esgoto in natura em determinadas regiões, seja na sede ou no interior, além da utilização de redes mistas, que precisam ser equacionadas. No que tange ao macrozoneamento, enfatizou que os trabalhos consideraram um estudo previamente já realizado pela SEDURB. Ressaltou que as sinalizações constantes nos mapas exibidos, principalmente em relação a valorização do ambiente natural, não significa proibição ao desenvolvimento de atividades industriais, significando a vocação de determinadas regiões a certos tipos de atividades. Salientou que 75% da área do perímetro urbano correspondem a vazios urbanos, o que sinaliza à necessidade de revisão do aludido perímetro. Prosseguiu, ressaltando que, em razão da grande quantidade de bairros existentes na cidade, não existem grandes variações entre estes. Salientou que, de acordo com as informações censitárias, o Zumbi é o bairro mais populoso da cidade, seguido do Aquidaban e do Vila Rica. Destacou a necessidade de que sejam mapeados os assentamentos precários, salientando que a política nacional de habitação contribuiu para a periferização das cidades, fazendo com que a população mais vulnerável economicamente se concentrasse nas bordas da cidade, em regiões menos acessíveis e de relevo menos favorável. Em relação ao uso do solo, destacou que uma das propostas dos novos planos diretores é a construção de cidades miscigenadas, buscando a instituição de regras que permitam a coexistência de atividades industriais, comerciais e residências numa mesma parcela do território, destacando que tal característica já vem sendo apresentada por Cachoeiro de Itapemirim. Prosseguiu, explanando que, em decorrência das próprias características do território, a tendência é que a ocupação ocorra de forma verticalizada, citando vários edifícios e condomínios de edifícios instalados no território. Elencou empreendimentos recentes que geraram maior impacto, citando o novo Supermercado Perim, o Hipermercado Carone e o loteamento Liberdade. Como áreas especiais a implantação de projetos de interesse, citou o projeto de requalificação da área central, previsto como um programa do plano de mobilidade, PlanMob-Cachoeiro; os lotes vagos no entorno do Rio Itapemirim; a área do pavilhão da Ilha da Luz e o espaço dedicado a construção da vila olímpica. Prosseguiu, destacando que a rede viária é um dos principais elementos estruturadores do modelo de ocupação da área urbana, enfatizando à importância do transporte público como estruturador do desenvolvimento da cidade. Em relação ao serviço de abastecimento e água e esgoto, ressaltou que muitos investimentos estão sendo realizado no setor, salientando que o Município conta com uma boa extensão de rede de tratamento de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mas que possui áreas que ainda carecem ser contempladas por registrarem problemas ou falta de cobertura para atendimento da população residente ou para possibilitarem a ocupação de vazios urbanos. Prosseguiu, destacando que, no que concerne as área especiais referentes a espaços abertos e de valorização da paisagem, o Rio Itapemirim atua como um elemento estruturador e de qualificação do espaço urbano e, assim, a sociedade precisa





Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
6 / 9

Revisão:

definir a forma de utilização dos terrenos existentes na orla. Enalteceu que o Município tem projetos para implantação de um circuito cultural, com a identificação de vários pontos, além de outros projetos de implantação e requalificação do espaço público. No tocante ao ambiente natural, APPs e restrições ambientais, destacou a existência de áreas com restrições ambientais dentro do perímetro urbano; APPs do Rio Itapemirim, que vêm suscitando muitos debates durante as reuniões relacionados à possibilidade de utilização, assim como também vem ocorrendo com a área do entorno do monumento natural do Itabira, que requer a aprovação de um plano de manejo para que possa vir a ser utilizada; destacou a necessidade de proteção das nascentes, necessário ao enfrentamento da crise hídrica. Ressaltou que existem regiões que se encontram dentro do perímetro urbano inadequadas à ocupação em razão das suas características de relevo muito acidentado. Saliou a necessidade de se repensar o desejo de se expandir a área urbana, destacando o fato de que o município possui três grandes vazios localizados no interior da mancha urbana, propícios à expansão por contarem com a infraestrutura necessária à ocupação disponível ou mais fácil de ser disponibilizada. Enfatizou a necessidade de se refletir sobre o potencial de adensamento que o território municipal possui em vez de se pensar em expandir o crescimento para outras áreas em razão de várias implicações que tal decisão pode trazer ao município, como o considerável aumento dos custos de manutenção da cidade relacionada pela disponibilização de infraestrutura necessária em novas regiões, ressaltando que, atualmente, os municípios brasileiros têm sérias dificuldades em sustentar as ações necessárias à manutenção da infraestrutura existente, indicando como medida mais assertiva o adensamento do espaço urbano para implantação do conceito de uma cidade 3C: compacta, conectada e coordenada. Em relação à gestão do território, o Sr. Tiago Silveira, Latus Consultoria, ressaltou que um dos principais problemas atualmente enfrentados é a falta de regras ou a existência de regras permissíveis, contraditórias e confusas. Destacou que a falta de efetivo compromete as ações de fiscalização necessárias a se resguardar o devido cumprimento das regras estatuídas pelo plano diretor. Elencou a necessidade de se ordenar a gestão do serviço de transporte coletivo e a existência de conflitos no tratamento de diversos temas municipais entre diferentes secretarias, que demandam um melhor ordenamento da estrutura da Administração Municipal. Destacou a necessidade de que o Poder Público implemente ações voltadas a gestão e preservação das praças. Proseguiu, enfatizando as grandes questões resultantes diante de tudo o que foi demonstrado: Em relação ao desenvolvimento, o conflito entre APP e o uso das áreas consolidadas, a necessidade de se promover o zoneamento que permita a implantação de atividades econômicas, a definição das áreas para instalação de indústrias, o conflito existente entre o setor de rochas ornamentais e a moradia, o conflito entre a preservação e valorização da paisagem natural e os novos empreendimentos e a identidade cultural e a paisagem natural como potenciais turísticos. Em relação aos distritos, apresentaram-se como questões: as capacidades do território para o desenvolvimento de vocações e a potencialização de valores ambientais, turísticos e de produção; a necessidade de suporte do Poder Público para o desenvolvimento territorial e a realização de investimentos no interior; a qualificação das sedes urbanas dos distritos e a avaliação dos perímetros urbanos e das localidades; a implementação de ações de desenvolvimento e capacitação da população para o desenvolvimento de atividades econômicas; o enfrentamento do conflito entre a crise hídrica e o desenvolvimento econômico e a apresentação de um projeto específico visando viabilizar a localidade de São Joaquim como distrito industrial. Em relação à mobilidade urbana, apresentaram-se como questões: a necessidade de tratamento da infraestrutura das calçadas públicas; a precariedade das condições das estruturas destinadas aos usuários do serviço de transporte público; a necessidade de qualificação das vias utilizadas pelo transporte coletivo para atendimento do interior e a ampliação da oferta de horários do referido serviço destinado aos distritos e suas localidades; a implantação de ações voltadas à mobilidade ativa, contemplando a segurança da circulação de pedestres e de ciclistas; a necessidade de implantação do PlanMob e a implantação de ações voltadas a acessibilidade e inclusão social. No tocante ao meio ambiente, apresentaram-se como principais questões a serem tratadas pelo PDM: as



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
7 / 9

Revisão:

visões conflitantes entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente; a preservação da paisagem natural e a ampliação da produção econômica; a possibilidade de utilização das APPs em área consolidada; o estabelecimento de diretrizes e de políticas de segurança hídrica para o enfrentamento da crise hídrica; a viabilização e potencialização do turismo ecológico e a produção do mármore e do granito frente ao desenvolvimento sustentável. Em relação ao uso do solo, as seguintes questões foram elencadas: a necessidade de implementação de um zoneamento para viabilização e controle das atividades; o estabelecimento de uma política de EIV conforme prevê a legislação federal que não seja utilizada como instrumento de punição do investidor; o estabelecimento de regras de licenciamento mais claras; a descentralização das atividades que implicam na revisão do modelo centralizado atualmente utilizado pelo Município; a implantação de ações e políticas voltadas a inclusão sócio espaciais, com destaque a habitação, regulamentação fundiária e a qualificação de áreas e, no que concerne à qualidade do espaço público e ao ambiente construído, apresentaram-se as seguintes questões: a melhoria da imagem da cidade construída, uma vez que a percepção da população é a de que e vive numa cidade feia, não havendo, inclusive, um sentimento positivo relacionado à presença do Rio Itapemirim no território urbano; a necessidade de ampliação e qualificação de espaços de lazer, como praças e parques públicos também foi outro tema destacado; a municipalização do tratamento das calçadas e a arborização das vias e o desenvolvimento e a implantação de projetos voltados à mobilidade, a orla do Rio Itapemirim e a valorização do patrimônio ambiental e cultura. Concluída a apresentação, foi oportunizado aos presentes um momento para que se manifestem sobre os temas apresentados. O Sr. Luiz Carlos Tófano, CRESCI-ES, iniciou a sua participação, esclarecendo que a sua indagação se refere a um tema já debatido anteriormente noutras reuniões que não contaram com a presença do representante do Ministério Público que se encontra participando desta audiência pública e, por isso, entende relevante reapresentá-la: trata-se da impossibilidade de utilização dos terrenos situados a 100 (cem) metros do entorno do Rio Itapemirim que vem trazendo muitos problemas aos proprietários e aos corretores de imóveis do Município. Na sequência, o Dr. Wagner Vasconcellos, Promotor de Justiça, informou que existe uma lei federal que prevê os limites a serem observados para as áreas de preservação permanente ao longo dos cursos hídricos e também para outras áreas consideradas como de preservação. Ressaltou que, em relação as áreas estabelecidas ao longo dos cursos hídricos, que constituem o objeto da indagação, já existem leis desde o ano de 1974 que previam limites de proteção para ambas as margens, ressaltando que em Cachoeiro de Itapemirim já registrava ocupação para as referidas áreas desde a citada época, destacando que se observou um nível de ocupação diferente na cidade a partir de 1974. O que ocorre atualmente é que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) neste ano de 2019, estabeleceu que definirá num julgamento a ser proferido, qual o limite a ser utilizado na área urbana consolidada, que não seria de apenas 100 (cem) metros, mas que depende da largura do corpo hídrico, destacando que, com caso de Cachoeiro de Itapemirim, em alguns trechos da área central, pode chegar a até 200 (duzentos) metros, salientando ainda à necessidade que sejam observadas as áreas de proteção concernentes a todos os córregos que se encontram inscritos no território municipal, citando como exemplos o córrego do Amarelo, do Nova Brasília, do Basílio Pimenta e do Monte Cristo. Destacou que não foi definido um prazo para que o STJ manifeste a sua decisão sobre a matéria, ressaltando que todos os processos existentes no país que tratam do assunto encontram-se sobrestados, destacando que, em razão dos motivos expostos, atualmente, existe uma grande insegurança jurídica em relação ao tratamento da questão, o que reclama do Município, dos conselheiros do plano diretor e daqueles que intervêm nas questões urbanísticas e ambientais da cidade, uma maior observância do Princípio da Precaução e da Prevenção, a fim de se evitar que uma possível tomada de decisão por parte do Município venha a contrariar o julgamento do STJ, o que implicará todas as consequências e problemáticas que poderão ser geradas para toda a sociedade. A Vereadora Renata Fiório, ressaltando o fato de que a decisão do STJ produzirá efeitos apenas nas áreas consolidadas dos municípios, indagou acerca da possibilidade de que o PDM possa informar quais



Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
8 / 9

Revisão:

seriam as áreas consolidadas do município a fim de tornar possível a aplicação da referida decisão do STJ quando esta for exarada, inclusive noutras regiões, citando que existem vários córregos cortando muitos bairros da cidade. O Secretário Jonei Petri informou que, em relação a definição da área urbana consolidada, o atual PDM já possui tal definição, destacando que não se pode neste momento tomar alguma decisão relativa aos afastamentos dos corpos hídricos enquanto a questão ainda não for definida pelo STJ, salientando à necessidade de se verificar a existência de uma função ambiental para essas áreas de preservação permanente que se encontram as margens dos corpos hídricos dentro da área urbana consolidada. Em continuidade, o Sr. Rogério Ribeiro do Carmo, Sindirochas, destacou que faz parte do Conselho do Meio Ambiente e do Conselho de Turismo, ressaltando que o tema potencialidade remete a necessidade de que se considere não apenas o que já se encontra instalado, mas, também, o que pode ser feito. Sugere que a análise das potencialidades leve em consideração as poligonais minerárias e os direitos minerários, destacando que o registro da poligonal passa a integrar o direito minerário, que é objeto de declaração de bens para fins de imposto de renda e que o referido direito minerário é usado, inclusive, como garantia de empréstimos bancários, ressaltando à necessidade de que o estudo de macrozoneamento não venha a representar o comprometimento a um direito adquirido e limitar a utilização de um bem que foi utilizado como garantia bancária. Salientou que é preciso muito zelo na definição do macrozoneamento a fim de se evitar uma enxurrada de ações contra o Poder Público no que diz respeito ao direito minerário, pois diversas áreas estão relacionadas como direito adquirido de pessoas que possuem o direito de explorá-las em parcelas com vocação minerária, enaltecendo a necessidade de que sejam estudados os processos minerários existentes em Cachoeiro de Itapemirim buscando os dados junto à Agência Nacional de Mineração – ANM. Prosseguiu, sugerindo que os estudos referentes ao macrozoneamento sejam efetuados com toda a cautela possível, a fim de não impedir o desenvolvimento de outras potencialidades regionais, citando como exemplo que o distrito de Burarama, além da vocação para o turismo, também possui potencial minerário que deve ser considerado, admitindo-se a sua exploração desde que observados os necessários controles. O Sr. Tiago Silveira, Latus Consultoria, esclareceu que as potencialidades, além de considerar as características de uma determinada região, também precisa contemplar os desejos da população, uma vez que nem toda atividade se compatibiliza com o que de fato uma determinada parcela do território pode gerar como um bem para todos. O Sr. Rogério, Sindirochas, ressaltou que as regras impostas ao setor de mineração são muito rígidas, tanto no sentido de se permitir a exploração quanto para se estabelecer a sua proibição, destacando o fato de que a exploração de determinado mineral somente é possível num local específico, não sendo possível que ocorra noutra região, motivo pelo qual considera necessário que sejam estabelecidas regras rígida que permitam a exploração mineral, em vez de simplesmente proibir a sua exploração. Na sequência, o Secretário Jonei Petri ressaltou que os debates sociais são necessários justamente para que pontos de vistas a respeito de um mesmo tema possam ser analisados e consensados conforme o interesse de toda a coletividade, visando o crescimento e o desenvolvimento ordenado do Município. O Sr. José Bessa Barros, conselheiro do CPDM e representante do CREA, considerando a problemática do tratamento da região do entorno do momento natural do Itabira, indagou se os trabalhos de atualização e revisão do PDM estão considerando os encaminhamentos que serão estabelecidos pelo plano de manejo. O Sr. Tiago Silveira, Latus Consultoria, esclareceu que os trabalhos não estão ocorrendo de forma concomitante, uma vez que foram estabelecidos prazos diferentes para a revisão do PDM e para a apresentação do Plano de Manejo, que ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, acrescentando que as equipes estão atentas aos conteúdos, uma vez que os referidos documentos precisarão dialogar. Em seguida, o Sr. José Bessa, Conselheiro do CPDM, ressaltando que o atual PDM somente trata da área urbana do município indagou se o novo plano diretor retratará a realidade dos distritos. O Sr. Tiago Silveira, Latus Consultoria, destacou que o novo plano diretor retratará toda a extensão do território municipal, como vem sendo divulgado desde o início dos trabalhos, destacando que, em razão disso, foram realizadas nove reuniões





Prefeitura Municipal de  
Cachoeiro de Itapemirim

## ATA DE REUNIÃO

Código:  
AUDIÊNCIA PÚBLICA 02

Folha:  
9 / 9

Revisão:

comunitárias no interior, nas sedes dos distritos, a fim de que as necessidades daquelas comunidades sejam devidamente retratadas pelo PDM, inclusive para fins de regularização fundiária. Em continuidade, a Vereadora Rena Fiório ressaltou que existem muitas fora da área urbana dos distritos que já se encontram ocupadas de forma irregular. Na sequência, o Secretário Jonei Petri esclareceu que a regularização fundiária é uma pauta importante e muito complexa, que exigirá muitos esforços, salientando que o Poder Público já está promovendo ações nesse sentido, citando a instituição de uma comissão multissetorial para o tratamento do tema. O Sr. Vagner Antônio de Souza, Procurador do Município, corroborou as palavras do Secretário Jonei Petri, salientando que o processo de regularização fundiária deverá resultar de um pacto com a sociedade, salientando que, em razão da sua complexidade, demandará um tempo considerado à sua efetivação, atualmente estimado em 30 (trinta) anos, uma vez que implicará na operação de ações delicadas, como a remoção de casas, exigindo cautela, mas que precisa ser efetivado e monitorado pelo novo plano diretor, a fim de que na próxima revisão os avanços obtidos até então possam ser devidamente avaliados, de forma a ser possível sua conclusão no futuro. Em continuidade, a Sra. Maria Gorethe Camisão, representante do CREA, ressaltou que a região do bairro Gilberto Machado está recebendo uma série de investimentos, tendo-se conhecimento que receberá ainda outros mais no futuro próximo, citando a nova unidade do Supermercado Perim que será edificada, enaltecendo ainda outros empreendimentos que estão sendo edificados na direção da região da Safra, que sinalizam à necessidade de que o Poder Público realize investimentos voltados à melhoria da mobilidade urbana naquele espaço, motivo pelo qual indaga se a Administração Municipal já vislumbra alguma proposta para o tratamento dos gargalos à mobilidade que decorrentes do adensamento daquela região. O Sr. Tiago Silveira, Latus Consultoria, esclareceu que o Plano Diretor contempla o tratamento do tema através do Plano Municipal de Mobilidade. O Secretário Jonei Petri esclareceu que foi publicada na última sexta-feira, a Lei Municipal nº 7776, de 13 de dezembro de 2019, que instituiu o Plano de Mobilidade de Cachoeiro de Itapemirim, ressaltando que o cronograma de todas as ações e projetos a ele referentes será aprovado por meio de Decreto Municipal, o qual deverá ser editado entre o final do corrente ano e o início de 2020, enaltecendo que as próximas gestões precisarão observar todas as ações prescritas pelo plano de mobilidade foi adotado pelo município por exigência de uma lei federal, além de obedecer, consequentemente, o que determina o PDM. Na sequência, A Sra. Kédyma Marques, Ouvidoria Municipal, ressaltou que o diagnóstico apresentado retrata a realidade municipal, uma vez que os temas apontados representam exatamente as principais reclamações e situações relatadas pela população na Ouvidoria do Município, apontando que o trabalho foi fiel à realidade municipal. Os representantes da consultoria e da equipe técnica municipal agradeceram a análise fornecida pela ouvidoria, uma vez que constitui um importante indicador de que os trabalhos de atualização e revisão do plano diretor estão sendo conduzidos da forma correta. Nada mais havendo a tratar, o Secretário Jonei Petri agradeceu a presença de todos, enalteceu a importância de que os demais representantes da Câmara Municipal possam participar mais ativamente do processo a exemplo do Vereador Antônio Geraldo e da Vereadora Renata Fiório presentes à audiência pública, a fim de que possa ser devidamente compreendido pelo Legislativo quando do encaminhamento do projeto de lei no final dos trabalhos, evitando-se debates de questões amplamente já debatidas, consensadas e aprovadas pela população. Ressaltou que a participação social é ainda mais importante nas próximas fases quando serão apresentadas e analisadas as propostas para o tratamento dos temas afetos ao plano diretor, destacando que a apresentação, o registro fotográfico e a ata da audiência pública serão disponibilizados na página do Espaço Plano Diretor, dando por encerrada a segunda audiência pública relativa ao processo de atualização e revisão do plano diretor municipal.-----

Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

Assunto: Audiência Pública de conclusão da segunda etapa - Leitura da Cidade

Data/horas: 18/12/2019 19:00 a 21:00

Local: Plenário Câmara Municipal

nº	Nome	Função/Órgão	E-mail/telefone
1	José Henrique M. Masinato	SEMDURB	masinato.col@gmail.com
2	JONEI SANTOS PETRI	SEMDURB	joneipetria@gmail.com
3	Tairana Ramos D. Pacader	SEMMA	frdcaracador@gmail.com
4	Regina Maria Ambrósio	SEMMA	ambrosioirm@gmail.com
5	Carlos H. Salgado	DATA CI	carlos.salgado@dataci.es.gov.br
6	Gabriel Lonatti Fassarelle	SEMMAC	gabriellonatti@HOTMAIL.COM
7	CARLA R. PRUCOLI	SEMMAC	CALLAPRUCOLI@YAHOO-com.br
8	SARA NAZARETH BARRA	SEMMAC	SARABARRAGPE@GMAIL.com
9	JUCARA PEIXOTO MARQUES	SEMMAC	JucaraPeixoto@yahoo.com.br
10	Joadr de Oliveira	SEMDURB	joadr2oliveira@gmail.com
11	Reginaldo João da Silva	SEMDURB	reginaldolo@yahoo.com.br
12	Benedicto Américo de Freitas	" "	fbetoquinino@gmail.com
13	Reginaldo ALEX CALÇAVARA	GEOGRAFIA	REGINALDOCALÇAVARA@gmail.com
14	Wilson Damasceno de Sousa	SEMDURB	
15	Lucimar Barros Costa	SEMPUCT	lucimarcosta@gmail.com

Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

Assunto: Audiência pública de revisão do Plano Diretor (Conclusão 2ª etapa)

Data/horas: 19/12/2019 19:00 - 21:00

Local: Plenário Câmara Municipal

nº	Nome	Função/Órgão	E-mail/telefone
1	EMERSON F. DIAS	CB / PM	FERNADES822011@HOTMAIL.COM
2	Francisco de Assis dos Santos Sr.	2º Ten / PMES	junior.francisco@pm.es.gov.br
3	HELIO CARLOS CAMPOS SANTOS	MORADOR	HC PROJETOS @ TELM.COM.BR
4	Ariel Dell'Ami Persim	Engenheiro Civil	ariel1persim@gmail.com
5	José Augusto Cortez Auler	Detunênio SEMAI	SEMAGSIM@CACHOEIRO.CS.GOV.BR
6	MA Luiza J. de Andrade	Org. Urbanista / Câmara	maluargrij@gmail.com
7	José Bessa Barros	MESSES	josé.bessa.barros@gmail.com
8	LUIZ CARLOS TOFANO	CRECI-ES	LUIZCARLOS@TOFANONETIMOVEIS.COM
9	Adhemor Reis Neto	CRECI-ES	Adhemor@muetimoveis.com
10	Tatiana Aguiar	Agencia	tatiana.aguiar@gmail.com
11	monica S de O. Lamas Pitanga	MOVA-SE	monica.pitanga@tusa.com.br
12	Rogério Ribeiro do Carmo	SINDIROCHAS	a.institucional@sindi rochas.com.br
13	Renata Bedim Salles Samocão	Sindirochas/Indus	renatabedim@hotmail.com
14	Caínia Macedo da Silva	CBH Itapemirim	cainia.macedosilva@gmail.com
15	Fabio Garcia da Silva	Gerente Vig. Amb. / Seus	gervigambiental@gmail.com



Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

Assunto: Cumprimento público de Resoluções do plano Diretor (conclusão 2ª etapa)

Data/horas: 18/12/2019 - 19:00 a 21:00

Local: Plenário Câmara Municipal

nº	Nome	Função/Órgão	E-mail/telefone
1	Sebastião Roberto Granelli		
2	DIÓGENES GALA BRANDOLINI	UNIMED	
3	VAGNER ANTÔNIO DE SOUZA	PGM	
4	Guido Surlan Pazini	Rural produtor	(28) 99977-8167
5	Galco Antônio Pazini	EMPRESÁRIO	99575-1100
6	Valeria Divina dos Santos	SEME ISME	valeriacolivera@gmail.com
7	FELIPE LIBANO	SEMOV	
8	Wagner Eduardo Vasconcelos	MPES	
9	DIONÉSIO BRUNEDI	MOT. CARR. FORTE	28 9 8805 - 9079
10	Jocimar Fernandes	DATAFI	Jocimar.Fernandes@datafies.gov.br
11	Kedyma Margues	Ouvidora (PMCI)	kedymamargues@gmail.com
12	Thaynara Silveira	Ouvidora	ouvidora.thaynara@cachoeiro.es.gov.br
13	RENATA FIORI ZAGGIO	SEMDURB	renatazagopp@gmail.com
14	ROBERTSON VALLADÃO DE AZEVEDO	SEMTAI	robertson.valladao@hotmail.com
15	MAGNO DE PAULO GONÇALVES	SEMPES	sempes.vigilancia@cachoeiro.es.gov.br

Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

Assunto: Audiência pública de Revisão do Plano Diretor (conclusão 2º etapa)

Data/horas: 18/12/2019 - 19:00 a 21:00

Local: Plenário Câmara Municipal

nº	Nome	Função/Órgão	E-mail/telefone
1	Jane Borsanello Rocha	Associação de Euzéila	janeborsanello@hot.mail.com 998814289
2	Policiana Gouveia	AME Buranama	poliana@bol.com.br (27)99929-7005
3	Ana Gualandi Uicos	Moradora representante	anahagualandi@gmail.com 28)998862416
4	Josmar Luiz Sem...	GERENTE/SETPEC	50342322@GUAZ.COM
5	RAMON AIGONI GOBETTI	SUBSEC/SEMDEC	A.GOBETTI@HOTMIL.COM
6	Edna dos Reis...	moradora representante	ednaresis@hotmail.com 28)992243368
7	SERGIO CAELHO DE OLIVEIRA	DESPACHANTE	SERGIO-DESPACHANTE@HOTMAIL.COM
8	Marcela Cabral Paixão	Dioceã de Cachoe	regional2diocesedecachoeiro@gmail.com
9	Valéria Bressan de Souza	Dioceã de Cachoe	bressan.valeria@gmail.com
10	Heloisa Oliveira Motta	cidadaã	heloisa.siba.976@gmail.com
11	Antonio Geraldo de Alexich Costa	VEREADOR	VEREADOR.ANTONIOGERALDO@GMAIL.COM
12	Tiago Stein Dias	Empresário	eng.tiago@hotmail.com
13	MARCELETH CABRAL PEREIRA CAMISÃO	ENGE CIVIL/CREA-ES	mgarethcamisaoengcivil@gmail.com
14	Renata Silva Maciel	vereadora	renatasilva@gmail.com
15	EDNAZIA MARIN ARAUJO	AME Girardos	ednaziamarin@hotmail.com



Plano Diretor Municipal de Cachoeiro do Itapemirim - Lista de Presenças

Assunto: Audiência pública de revisão do plano diretor (conclusão 2ª etapa)

Data/horas: 18/12/2019 - 19:00 - 21:00

Local: Plenário Câmara Municipal

nº	Nome	Função/Órgão	E-mail/telefone
1	Jaquira Oliveira	MOVA-SE	andracad000@hotmail.com
2	Libiana Clavel Muniz	SEMPRE-LUCI	libiana_dm@hotmail.com
3	Sônia Oliveira Freire	SEMPRE	
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

















